



EVENTO HÍBRIDO | PRESENCIAL E ONLINE



IV Simpósio de
Pós-Graduação
do Sul do Brasil

01 A 03 DE SETEMBRO DE 2025

UFFS - CAMPUS REALEZA/PR

TRANSMISSÃO ONLINE YOUTUBE



A AGROECOLOGIA NOS PPC'S DE AGRONOMIA: UM ESTUDO SOBRE CURRÍCULOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS FORMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Nycollas Stefanello Vianna*

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Erechim) e bolsista CNPq

Nair Mirely Freire Pinheiro Silveira

Graduanda do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Erechim) e bolsista CNPq

Matheus Fernando Mohr

Prof. Dr. Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Erechim)

Leandro Carlos Ody

Prof. Dr. Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Erechim)

Helen Treichel

Profª. Drª. Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Erechim)

Altemir José Mossi

Prof. Dr. Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Erechim)

* nycollas.vianna@uffs.edu.br

1. Introdução

O ensino superior no Brasil tem papel central no desenvolvimento social, econômico e cultural, mas enfrenta desafios de qualidade, acessibilidade e adequação às demandas atuais. Jacob *et al.* (2016) apontam que o modelo educacional ainda carrega traços da ditadura militar, pouco sensível às demandas socioambientais. Apesar da ampliação das matrículas no ensino superior, persistem desigualdades socioeconômicas que dificultam a permanência dos estudantes e se refletem em currículos defasados frente às exigências atuais (Silva e Sampaio, 2022).

Na Engenharia Agronômica, predomina uma formação técnica voltada ao agronegócio, desconsiderando questões socioambientais (Jacob *et al.*, 2016). A agroecologia, definida como manejo ecológico de agroecossistemas sustentáveis (Altieri, 2002), surge como contraponto. Este estudo investiga a presença da agroecologia nos



Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos 497 cursos de Agronomia no Brasil¹.

A formação agronômica no país tem raízes desde 1812, consolidada com a regulamentação profissional em 1933 (Brasil, 1933a). A consolidação da agroecologia como campo de conhecimento ainda enfrenta desafios significativos devido à persistência de modelos produtivistas estabelecidos durante a Revolução Verde, os quais permanecem arraigados nos currículos e dificultam a inserção plena dos princípios agroecológicos nos Projetos Pedagógicos de Curso (Cotrim e Dal Soglio, 2016).

Diante dos desafios socioambientais, cresce a demanda por modelos sustentáveis. Avaliar a agroecologia nos PPCs permite verificar se os cursos seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Política Nacional de Agroecologia (Decreto nº 7.794/2012). A pesquisa identifica lacunas e potencialidades, discutindo se a agroecologia é tratada como técnica ou como proposta epistemológica transformadora, e questiona o papel das universidades na formação de profissionais comprometidos com a transição agroecológica, sustentabilidade, justiça social e valorização dos saberes tradicionais. Este estudo, relevante epistemológica, pedagógica e politicamente, contribui ao debate sobre a formação de agrônomos para sistemas agroalimentares mais justos e resilientes. Em seguida, apresenta-se a metodologia para análise dos PPCs de Agronomia no Brasil.

2. Metodologia

Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) são documentos essenciais que estruturam e orientam os cursos superiores, estabelecendo competências, conteúdos, metodologias e alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), além de atender às demandas sociais e às especificidades de cada área do conhecimento (Santos *et al.*, 2023). Este estudo analisou os PPCs dos cursos de Agronomia no Brasil, iniciando com a catalogação dos documentos disponíveis nos sites das instituições, embora nem todas fornecam acesso completo.

Para a elaboração do segundo capítulo da tese, realizou-se, entre janeiro e abril de 2025, a busca dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Agronomia nos portais institucionais de universidades federais e privadas presentes nas bases oficiais do MEC. A busca priorizou menus de acesso público e, quando necessário, foi complementada com ferramentas internas dos sites e o Google. Apesar dos esforços, constatou-se que muitos

¹ Número de cursos disponíveis na plataforma e-mec em dezembro de 2024.



PPCs, sobretudo de instituições privadas, não estavam disponíveis para consulta pública. Foram considerados válidos os documentos que apresentavam, no mínimo, a matriz curricular, os componentes formativos e os princípios pedagógicos do curso.

3. Resultados e discussão

Dos 497 cursos de Agronomia nas bases oficiais, apenas 287 têm Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) ou documentos equivalentes disponíveis online, indicando que cerca de 42% dos cursos não oferecem acesso público a esses documentos. Essa ausência representa uma falha não só quantitativa, mas qualitativa, exigindo análise crítica, pois compromete a transparência e o direito à informação garantidos pela Lei nº 12.527/2011 (LAI). A educação democrática, segundo Freire (1996), depende do acesso ao conhecimento para formar sujeitos críticos e autônomos; assim, a falta de PPCs limita o acesso ao saber socialmente produzido e prejudica uma educação emancipadora. Legalmente, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Constituição Federal de 1988 (artigo 37) reforçam que a formação universitária deve seguir princípios de transparência, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

Esse cenário impacta não só a produção de pesquisas sobre temas como Agroecologia, Sustentabilidade e mudanças climáticas, mas também enfraquece o controle social exercido por estudantes, movimentos sociais e a sociedade civil. Segundo Cavalcanti (2023), a construção da cidadania está intrinsecamente ligada ao acesso ao conhecimento, sendo a educação um elemento essencial para promover uma sociedade socialmente justa e ambientalmente consciente. Portanto, mais do que uma limitação metodológica, essa situação representa um desafio ético e político, diretamente ligado à democratização dos processos educativos e ao direito ao livre acesso aos projetos pedagógicos que orientam a formação de profissionais comprometidos com as transformações no campo, na agricultura e na sociedade.

4. Considerações finais

Este recorte do estudo de Tese evidenciou que a formação em Agronomia no Brasil ainda apresenta desafios significativos para incorporar a agroecologia de forma efetiva e transformadora. Apesar da expansão do ensino superior, a predominância de currículos tecnicistas e produtivistas permanece, refletindo legados históricos que dificultam a



integração de princípios socioambientais e sustentáveis. A baixa disponibilidade dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) para consulta pública revela limitações institucionais importantes que comprometem a transparência, o controle social e o avanço acadêmico na área, além de representar um entrave ético para a democratização do conhecimento.

Esse cenário contraria preceitos legais da Constituição Federal (art. 37), da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), além de comprometer princípios pedagógicos essenciais à formação cidadã, como defendido por Freire (1996). Restringir o acesso aos PPCs limita a compreensão dos processos formativos e dificulta a participação ativa, a avaliação crítica e a colaboração da sociedade na construção de uma educação superior democrática, socialmente referenciada e comprometida com o desenvolvimento sustentável. Mais que uma questão documental, trata-se de uma demanda ética e política pela efetivação dos direitos à informação, à educação de qualidade e à transparência universitária. Os resultados indicam a necessidade de políticas que assegurem o acesso público a documentos acadêmicos, incentivem a revisão curricular e valorizem a agroecologia como proposta epistemológica para impulsionar a transição a sistemas agroalimentares mais justos e resilientes, formando agrônomos preparados para os desafios atuais e para o desenvolvimento sustentável do campo e da sociedade.

Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933**. Regula o exercício da profissão de engenheiro agrônomo. Diário Oficial da União, 1933a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23196-12-outubro-1933-526807-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regulamenta o acesso a informações previsto no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília,



2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 26 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação**. Brasília, 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Diário Oficial da União, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 26 jun. 2025.

CAVALCANTI, A. C. D. Cidadania, participação e diálogo: o protagonismo juvenil como fundamento da formação crítica e da autonomia na educação. **Educação**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e11/1-27, 2023. DOI: 10.5902/1984644464880. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/64880>. Acesso em: 26 jun. 2025.

COTRIM, Décio Souza; DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Construção do Conhecimento Agroecológico: problematizando o processo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 259–271, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49914>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ESALQ. **Histórico da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz**. Universidade de São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/institucional/historico>. Acesso em: 17 jun. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JACOB, L. B.; ALMEIDA JUNIOR, A. R. de; AZEVEDO, M. A. R. de; SPAROVEK, G. A agroecologia nos cursos de engenharia agronômica: para além de desafios e dilemas curriculares. **Avaliação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 173-198, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RDCXFD76TCVSD9kkSFK84cg/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTOS, G. J. de S. et al. Currículo por Competência: Um Relato de Experiência na Reestruturação do Projeto Pedagógico de um Curso de Bacharelado em Engenharia de Software. In: WORKSHOP SOBRE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (WEI), 2023, [Local do evento - não especificado no extrato]. **Anais** [...]. [S. l.]: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 259-270. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wei/article/view/24908>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVA, P. T. de F. e; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603–631, set./out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Agradecimentos: Agradece-se as contribuições das discussões construídas no Laboratório de Agroecologia (LabAgroEco) da UFFS – Erechim, bem como, a bolsa de estudos concedida pelo CNPq.